

ACTAS DEL VI CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN HISPÁNICA DE LITERATURA MEDIEVAL

(Alcalá de Henares, 12-16 de septiembre de 1995)

Edición a cargo de
José Manuel Lucía Megías

TOMO I



Servicio de Publicaciones

Universidad de Alcalá

1997

Quedan reservados todos los derechos, ni parte ni la totalidad de este libro puede ser reproducido por cualquier medio, ya sea mecánico o electrónico, sin el permiso de los editores.

Comité Organizador:

Carlos ALVAR
María del Carmen FERNÁNDEZ LÓPEZ
Sonia GARZA
José Manuel LUCÍA MEGÍAS
Joaquín RUBIO TOVAR
Pedro SÁNCHEZ-PRIETO BORJA
María Jesús TORRENS

En la edición de *Las Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval* han colaborado Pedro Sánchez-Prieto Borja, Joaquín Rubio Tovar, M.^a Carmen Fernández López, M.^a Jesús Torrens y Paciencia Talaya.

© Anónimas y colectivas
© Universidad Alcalá
Servicio de Publicaciones

I.S.B.N. (Obra completa): 84-8138-207-8
I.S.B.N. (Tomo I): 84-8138-208-6

Depósito Legal: M-29893-1997

Imprime: Nuevo Siglo, S.L.

INVESTIGAÇÃO DAS ORIGENS: O REINADO DE D. AFONSO HENRIQUES

Teresa Amado
Universidade de Lisboa

A *Crónica Geral de Espanha de 1344* desenvolveu, de modo a deixar perceber com clareza a importância conferida ao assunto, os fragmentos da história dos reis de Portugal de que, se se exceptuar a *Crónica de Vinte Reis* (de origem incerta), não havia senão breves apontamentos nas crónicas ibéricas que a precederam e lhe serviram mais extensamente de fontes. É o que se pode presumir da primeira versão da *Crónica*, conhecida por um único manuscrito, em castelhano, que não inclui esses trechos, depois de o verificar nas cópias portuguesas e nas traduções castelhanas das versões posteriores.

O manuscrito da Academia das Ciências com a versão refundida no início do séc. xv que Lindley Cintra editou, tornou a intenção ainda mais explícita anunciando no lugar próprio que não incluía aí os capítulos sobre os reis portugueses para melhor os destacar colocando-os no fim (o que afinal não foi feito). Limita-se, por isso, a substituí-los por um curto resumo. Isto quer dizer que consagra definitivamente a sua existência autónoma.

A parte correspondente a quase todo o reinado de Afonso Henriques foi depois transposta pelos monges de Santa Cruz de Coimbra para uma forma que atestava essa autonomização da narrativa de «Como e donde descenderom os reis de Portugall», através de um processo parece que análogo ao que algum tempo antes deve ter conduzido, segundo a proposta sugestiva de Diego Catalán, ao isolamento das mais antigas versões existentes de crónicas dos primeiros seis reis a partir de uma «Crónica portuguesa de Espanha e Portugal», primeiro ensaio de historiografia nacional. A série, introduzida pela declaração de que «Aqui se começa a estorea dos reis de Purtugall» e prolongada por brevíssima referência à intervenção de D. Afonso IV no Salado, foi no tempo deste

copiada também pelos monges crúzios e serviu de modelo ao conde de Barcelos para a composição do conjunto de textos que mencionei em primeiro lugar. Usarei para esses dois fragmentos provenientes do mosteiro de Coimbra as designações atribuídas por Alexandre Herculano quando as publicou nos PMH, de 3ª e 4ª *Crónica Breve* (invertendo-lhes sem saber a relação cronológica).

A desproporção flagrante entre a maior extensão de texto concedida a Afonso Henriques e o muito menor espaço ocupado com qualquer dos outros reis na 4ª *Crónica Breve* assegura a propagação de uma tradição encetada pela *Crónica de Vinte Reis* (testemunho mais antigo da história de contorno lendário que cedo foi inspirada pelo primeiro rei português em versão que se presume poética) à *Crónica de 1344*, onde apenas destoa o texto novo sobre o reinado de D. Dinis, e daí até ao século seguinte.

Cerca de duas décadas depois da primeira refundição da crónica de Pedro de Barcelos, o infante D. Duarte promoveu a escrita da história da monarquia portuguesa desde as origens, localizadas na dupla função guerreira e paternal de Henrique de Borgonha, até ao seu tempo. O projecto, iniciado em 1419, era ambicioso e conhecia as dificuldades que teria de enfrentar: outros quinze anos mais tarde o recentemente empossado rei D. Duarte oficializava na pessoa de Fernão Lopes o lugar de cronista do reino, atribuía-lhe uma tença e, reconhecendo que havia já muito trabalho feito, reiterava a incumbência de contar a história dos seus antecessores com natural empolamento do reinado de seu pai.

A primeira parte desse trabalho, sobre os reis anteriores a Pedro I, está perdida. Chegaram-nos às mãos apenas duas cópias tardias, uma do princípio, outra do fim do séc. XVI, e, o que é pior, muito defeituosas por erros e lacunas, de tal modo que o original é por elas impossível de reconstituir, pois há texto a mais, texto a menos, e texto deturpado. Distinguem-se pelos títulos respectivos de *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal* e *Crónica de cinco reis de Portugal*, e ao texto de que derivam chamou-se, usando uma informação conservada por um dos copistas, *Crónica de 1419*. Restam, é verdade, pedaços de prosa que contêm modos de dizer e de contar a que não se pode deixar de associar a autoria de Fernão Lopes, mas nada se ganha em normalizar a leitura de todo o texto por tais ocorrências.

Um dos traços discursivos que mais frequentemente têm sido aventados para engrossar a lista dos argumentos a favor da sua responsabilidade nessas versões é a quantidade e o tipo de fontes que o texto mostra ter usado, em parte análogos aos que é possível perceber nas crónicas que seguramente ele escreveu. Magalhães Basto, o primeiro e um dos mais entusiastas demonstradores do que considerava ser a evidência da mão de Fernão Lopes, referiu-se-lhe largamente, a meu ver nem sempre acertando nas passagens escolhidas para convencer quem o lesse. O estudo das fontes foi depois empreendido por vários autores, sobretudo o seu elenco, que ficou quase integralmente estabelecido pela contribuição conjunta de Basto e Cintra. Proponho-me tratar um outro aspecto da mesma questão que, no seu âmbito relativamente circunscrito, é susceptível de uma exposição sucinta como a que aqui me é permitido fazer. Estou a falar do contexto dos enunciados metanarrativos introduzidos no discurso para atestar uma procedência textual alheia ao autor da qual este faz depender o seu próprio escrito,

entendendo por contexto o lugar da narrativa em que surgem, a utilidade a que se prestam e, quando possível, a natureza da obra a que aludem. A análise será feita na crónica do reinado de Afonso Henriques, como disse no princípio a mais longa e mais complexa e, portanto, também aquela em que o fenómeno é mais abundante. Preferi a versão da *Crónica de cinco reis* porque, embora mais deficiente, está menos alterada do que a outra.

Privilegiado desde a fundação do mosteiro pela actividade memorialista dos monges de Santa Cruz que tomaram a peito assegurar a fama do seu fundador, Afonso Henriques é, além disso, o único rei medieval que aparece representado por uma primeira pessoa gramatical num relato de teor histórico - o da conquista de Santarém - e cabe-lhe ainda o papel de personagem em diversas outras narrativas mais ou menos contemporâneas, como a da conquista de Lisboa por um cruzado inglês e a da fundação do mosteiro de S. Vicente em que é protagonista. Foi a notável produtividade da atenção que lhe dedicaram os homens do seu tempo que pôs à disposição do autor da crónica o seu vasto material de escrita.

O método de composição praticado vulgarmente na narrativa medieval, de inclusão sucessiva de fragmentos transcritos de outros textos, era explicitado frequentemente em cada acto de rescrita, servindo tanto para corroborar a autoridade de uma afirmação como para justificar que mais não fosse dito acerca do assunto. O número de vezes que isso é feito e o critério de escolha das oportunidades variam de um autor para outro. É preciso, também, ter em conta que acontece uma referência feita no texto anterior ser simplesmente copiada, num processo de suspensão, vertiginoso e infundável, da origem perdida, e sem que, no entanto, se perceba sempre que isso se dá.

Algo de tudo isto se encontra na Crónica de D. Afonso Henriques.

É precisamente com um aviso de citação da «cronica despanha» que abre o capítulo inicial, sobre o pai do rei-herói. A época é anterior ao estado independente de Portugal e na Espanha ocidental o domínio de Afonso VI atinge toda a costa atlântica desde a fronteira navarra até ao Mondego. O novo rei vai separar-se desse extenso território tal como o registo escrito da sua história deixará a certa altura de fazer parte da memória conjunta do passado hispânico ganhando os seus próprios heróis, móbéis e merecimentos. A crónica reflecte ambos estes movimentos.

Para a *Crónica Geral de Espanha de 1344* (caps. 540-541) remetem - duas vezes designando-a pelo título e uma outra só por «as historias» - as notícias sobre Afonso VI e Henrique de Borgonha, salvo a da filiação do conde no rei da Hungria, que o texto atribui a uma «cronica delrej Dom Aº o primeiro rei de portugal» (p. 47), que não se sabe o que fosse. Nenhum outro autor conhecido alude a esta linhagem. O rei da Hungria é personagem por quem textos de pendor ficcional parecem ter alguma predilecção, e é familiar, por exemplo, ao leitor do Romanceiro, onde talvez a frequente rima em *ia* servida pelo típico emprego do imperfeito na narração favorecesse a referência àquele topónimo. Teríamos, a aceitar a pertinência desta observação, um elemento de reforço da tese do antigo poema épico sobre Afonso Henriques.

Deve também referir-se à crónica do conde D. Pedro (cap. 713) a frase que, no cap. 15, explica a falta de pormenores sobre o casamento do rei por não fazerem parte das

«cousas q̃ achamos aqui escriptas» (p. 80). Do mesmo mal, atribuído à mesma fonte (cap. 714), volta a lamentar-se o cronista quando quereria alargar-se nas peripécias da separação de Fernando II de Leão e Urraca, filha do rei português: para além do parentesco demasiado próximo, não encontrou «em escrito» «como este apartamêto foi e per que guisa e ou que se fez desta rainha» (p. 108).

Uma outra passagem que também denuncia falha de informação, agora a respeito dos cinco reis mouros de Ourique «cuios nomes não achamos escritos» (p. 62), é mais provável que esteja a remeter para a «Vida de S. Teotónio» (escrita no mosteiro de Santa Cruz em fins do séc. XII), porque o discurso circundante é muito parecido com o que aí se lê.

As «historias dos Aravigos» citadas duas vezes no cap. 12, embora possam sê-lo a partir da *Crónica Geral* (cap. 230) que dá início à mesma história da deslocação de Valência para Sagres dos ossos de S. Vicente com o mesmo enunciado, poderão também proceder do recurso directo à tradução da *Crónica de Rasis*, tal como pode ter acontecido com uma «cronica de Sto. Isidro» citada no mesmo lugar do texto (na *Crónica de 1344* é referida a «estorya de Sancto Ysidro» no cap. 145). O capítulo imediatamente anterior usa a narrativa da «Trasladação e milagres de S. Vicente», ou «historia do Martir S. V.te» (p. 70) segundo o cronista, para um pequeno resumo biográfico, a propósito do episódio precedente em que o rei encontra um grupo de moçárabes no regresso de Ourique e ouve da boca deles notícias sobre o santuário algarvio.

A atmosfera de religiosidade aguda e de apelo do sobrenatural que envolve Afonso Henriques desde a gloriosa batalha até à tentativa frustrada de descoberta das relíquias -aceite com a confiança em que «d̃s o guardaua para outra muito melhor cousa»- é portanto ocasião para apresentar a personagem do santo com certa solenidade, seguindo a regra cronística geral e muito desta crónica em particular, de que a importância de um nome depende de corresponder ou não a uma biografia. Facto da Espanha pré-islâmica, trata-se de uma violenta analepse que ganha todo o seu sentido da perenidade mesma do valor do martírio que, antes como depois, provoca milagres.

A linha edificante do discurso volta a revelar-se de maneira inesperada e imaginativa no final do episódio da vinda a Portugal do embaixador de Roma. Todo o desfecho é novo relativamente à versão modelo (cap. 710) composto por um diálogo entre o papa e o cardeal em que este se desculpa do acordo feito com o rei com a descrição do medo que sentira; resolvido o impasse pelo envio da carta papal nos termos requeridos, diz o narrador que «foi depois o Cardeal tam amigo delrej D. A^o que totalas cousas que elle auia mister da corte totalas este cardeal adereçaua com o papa» (p. 78).

Um dos traços mais marcantes do registo romanescos que caracteriza as chamadas 4^a e 3^a *Crónica Breve* (cap. 714 da *Crónica Geral*), ou seja, a recuperação final do fio que conduzira o desenvolvimento da história de Afonso Henriques a partir da prisão e maldição da mãe, que então se cumpre, é assinalado na *Crónica de 1419* pela expressão «segundo dizem» (p. 110), talvez transmissora de algum distanciamento subjectivo. Do desastre de Badajoz salva-se o que o discurso tem o cuidado de preservar: a derrota face ao destino, que a ninguém envergonha sofrer, e a recarga da responsabilidade na mãe, pelo que «lhe disse».

Enumerarei todas as indicações explícitas de recurso a fontes que respeitam à *Crónica Geral de Espanha*. Pertencem, em primeiro lugar, como seria de esperar, aos antepassados do rei e do reino, dois capítulos introdutórios fundamentais. Num outro caso o assunto é o casamento do rei, notícia não rara mas dada em geral de forma demasiado seca, pouco ao gosto do autor. Escolheu a versão melhor recheada, mas não o bastante para lhe tirar todos os motivos de queixa. Os casamentos reais não se fazem sem festa, este não pode ter sido excepção. Não perde, depois, oportunidade de descrever as cerimónias e divertimentos que festejaram os casamentos de duas das infantas (caps. 28 e 40). Mesmo assim, relativamente ao segundo, ainda declara que nada encontrou sobre «como foi trautado seu casamêto». E é precisamente o da terceira, mal sucedido com o rei de Leão, que dá azo a nova frustração da sua persistente vontade de narrar.

A conclusão sobre o efeito da praga materna, seguindo-se à reprodução fiel e tácita de várias partes das Crónicas Breves de carácter não menos ficcional, ao mesmo tempo que adverte para a origem alheia da asserção citada acima, introduz a novidade dum elemento modalizador, revelador da passagem do tempo entre as escritas respectivas.

Quanto à «Crónica do mouro Rasis», que aparentemente lhe foi dada a conhecer pela *Crónica de 1344* a julgar pela repetição exacta da designação que esta lhe dá, deve ter sido um texto muito consultado por investigadores, uma das raras fontes não afonsinas da história da invasão islâmica e dos períodos precedente e seguinte. Pelo menos é o que fazem pensar, por um lado, o facto de André de Resende, passado um século, possuir um exemplar, e, por outro, a escassez que parece ter sido sempre grande de textos árabes acessíveis em Portugal. A possibilidade de relacionar um episódio da ocupação muçulmana com a figura do santo mártir que terá honras de motivo central na história da cristianização de Lisboa tentou o cronista compreensivelmente. O mesmo texto hagiográfico volta, de resto, nesse contexto a ser o referente da expressão «diz a historia» para explicar a proveniência do relato da segunda operação de trasladação do corpo de S. Vicente para a cidade (cap. 33).

O que sejam as «crónicas» e «histórias» explícita ou implicitamente chamadas «de D. Afonso» não é hoje fácil de assegurar. Aparecem relacionadas com pontos-chave da biografia do herói. Atrás mencionei a primeira dessas referências associada a um pormenor claramente fantasista da sua ascendência, talvez explicável por antecedentes literários de características genológicas tipicamente indefinidas. Já perto do fim da crónica ocorre a invocação do testemunho da «historia delrej D. Aº que foi achada na cidade de Coimbra», renovada linhas adiante com «aquella cronica que dissemos» e já antes, no mesmo capítulo, identificada como «escritura que foi achada no Mostrº. de Santa Cruz de Coimbra», que forneceu a descrição da batalha travada ao pé de Santarém entre os exércitos do infante D. Sancho e do chefe marroquino Miramolim quando este cercava a cidade (cap. 39). O texto de origem, ainda outras duas vezes lembrado pelo que nele «achamos» ou não «escrito», tem semelhança com um leteiro preenchido com o elogio de D. Sancho I que existiu no mosteiro crúzio junto do seu túmulo e serviu, juntamente com o que desempenhava idêntico papel na sepultura de seu pai, para a composição dum discurso pronunciado nas festas do casamento da filha de D. Duarte com o imperador da Alemanha em 1451. Cintra diz que a redacção dos

letreiros, que só se sabe estar completada em 1429, pode ter utilizado a *Crónica Geral de 1344*, mas que sobretudo se apoia em memórias soltas registadas e coligidas pelos monges. A comparação desses textos (transcritos no volume editado da *Crónica de cinco reis* embora não façam parte dela) e da arenga incluída no chamado «Livro das Lembranças» de Santa Cruz, com a parte correspondente da *Crónica de 1419*, e tal como Cintra também já observou, revela que entre os respectivos conteúdos há um alto índice de afinidade que, por outro lado, contrasta com a diferença entre o extremo laconismo da enunciação nas versões mais antigas e a tendência para o desenvolvimento do discurso na mais tardia. O que quer dizer que esta terá colhido os seus dados no mesmo sítio mas em maior quantidade e explorando melhor as virtualidades narrativas que encerravam.

Outro lugar da narrativa que permite verificações exactamente do mesmo tipo é a parte final do trecho sobre a batalha de Sevilha (caps.34-35) ganha pelos portugueses, também aí chefiados pelo infante Sancho, embora o resto da descrição minuciosa presente na crónica real pareça ter conhecido uma memória específica muito bem informada sobre nomes, lugares e movimentação dos exércitos. Consciente desta profusão um tanto surpreendente, o texto intercala a certa altura a ressalva de contar «seg^{do} achamos escrito» e começa o episódio em registo de citação: «Conta a historia». É no final que referi, contudo, que se passa o fenómeno mais interessante, quando o cronista aproveita uma imagem impressionante usada pelos dois textos de Coimbra (letreiro de Sancho I e arenga) que compara a água do rio ao sangue dos mortos, tendo o cuidado de a introduzir com o enunciado «achamos em muitos lugares escrito que» (p. 121), mas omite a indicação existente nas fontes de que foi sua origem «hũa q̄ cronica fez Jacome Capellão dos Mouros de sevilha». Mais um texto árabe perdido, escrito desta vez por quem parece ter sido um clérigo moçárabe. O desinteresse pela informação ficaria bem a Fernão Lopes cujas crónicas testemunham de um afastamento radical em relação à participação moura no passado do reino, provavelmente extensivo a muitos dos seus contemporâneos.

Remeter para os códices do mosteiro de Coimbra deve ser também o que pretende a expressão «Achasse nas escrituras antiguas» (p. 122) que antecede um relato do cerco de Beja, embora o texto em questão fosse com certeza muito diferente da curta notícia hoje legível entre os documentos cúzios que existem.

O relevo dado na Crónica de Afonso Henriques a estes três êxitos portugueses (Santarém, Sevilha e Beja) em que foi protagonista o infante herdeiro, mostra a importância que se lhes reconheceu na política militar de seu pai.

São numerosas as narrativas da conquista de Lisboa conhecidas, e mais o seriam ainda no início do séc. XV. Mas os caps. 21-22 que narram o acontecimento e pontuam o discurso com referências à fonte usada pelo participio «escrito» e o substantivo «escritura» não ajudam a perceber qual ela seja. Só mais adiante há menção da «historia da tomada de Lix^a» (p. 101), outro nome da chamada «Crónica da fundação do mosteiro de S. Vicente», que fornece toda a série de capítulos (23-27) sobre os primeiros factos ocorridos na cidade recém-conquistada, repletos de sinais da benevolência divina.

Outro é o caso da narrativa da tomada de Santarém (caps. 16-20), um dos episódios

mais longos da crónica, onde é citada a «lenda de S. Bernardo» (p. 83) e se consegue identificar várias das muitas outras fontes usadas, além de ser possível delimitar com certa facilidade a intervenção de textos hoje desconhecidos. Para além da indicada, não há, no entanto, qualquer outra indicação expressa.

Resta-me falar da mais discutida das fontes (ou melhor, da sua pretensa identificação como fonte), no conjunto da historiografia medieval. Trata-se de dar à afirmação do milagre do aparecimento de Cristo ao chefe português em Ourique o valor de uma simples repetição, o que a torna imediatamente verdadeira: «assi como elle disse e deu testemunho em sua historia vio nosso sñor Jesu xpõ em a Cruz» (p. 65). Culmina assim o processo de sacralização da batalha e de santificação do rei.

Nas «Crónicas e memórias avulsas» de Santa Cruz há diversas notícias da batalha de Ourique, separáveis em dois grupos segundo aludem ou não ao milagre. A linha de separação deveria coincidir com uma divisória cronológica fornecida pelas datas em que os fragmentos foram escritos, mas esse elemento, infelizmente, falta quase sistematicamente, e é impossível por isso progredir por enquanto em conclusões sobre o fenómeno.

Não sei se esta amostragem do funcionamento das fontes na ainda mal conhecida *Crónica de Afonso Henriques* de 1419, formada por um critério pouco menos que arbitrário, virá a provar-se representativa. Mesmo que o não venha, poderá, espero, manter vivas algumas interrogações. Por exemplo: é relativamente simples encontrar as razões por que o texto assinala o uso doutro. E as razões pelas quais não o assinala?

REFERÊNCIAS

- Anais, Crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, ed. de António Cruz, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968.
- Crónica da fundação do mosteiro de S. Vicente*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1873.
- Crónica de Cinco Reis de Portugal*, ed. diplomática de A. Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização, 1945.
- Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. crítica de Luis Filipe Lindley Cintra, 4 vols., Lisboa, IN/CM, 1951, 1954, 1961 (reimpressão 1983 e 1984) e 1990.